
ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005. 197 p.

Flávio Leonel Abreu da Silveira
Universidade Federal do Pará – Brasil

O Tempo e a Cidade é uma obra madura em termos teóricos e metodológicos. A saborosa leitura de suas 196 páginas demonstra a sua densidade e por que, no meu ponto de vista, o livro desponta como um dos bons frutos do trabalho prolífico e intenso que as antropólogas Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert desenvolvem na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É por isso que ele vem para abrir caminhos e anunciar novos rumos para uma antropologia que necessita de renovações.

A interessante parceria de trabalho das autoras tem gerado uma rica produção audiovisual e uma série de trabalhos – seus e de seus orientandos, entre os quais me incluo –, que apontam para a riqueza de suas reflexões no campo da antropologia urbana, mas também de temas pouco afeitos ao olhar antropológico brasileiro, como são a memória e o imaginário. Não é por nada que Ruben George Oliven – com sua sensibilidade para as boas idéias – afirma na apresentação do livro que as autoras “são duas das mais importantes antropólogas brasileiras pesquisando o meio urbano”.

Não se trata de um livro fácil, de que uma leitura rasa dê conta. Pelo contrário, a obra nos coloca questões complexas porque reflete acerca de temas da vida urbana contemporânea a partir do paradigma da complexidade, residindo aí o núcleo denso de suas proposições. Nos faz pensar, porque o próprio ato cognitivo e devaneante de se lançar no fluxo das idéias, nos jogos da memória e nas constelações de imagens denuncia a sua meta e ambição ao atingir – sutil, revelador – a riqueza e a fragilidade do pensamento antropológico.

A obra, dessa forma, suscita e desencadeia idéias enquanto evoca imagens e dilacera certezas, para nos colocar diante do contraditório, da não-linearidade e do instável, deslocando a perspectiva racionalizante e dura para um caminho reflexivo sutil que invoca uma “razão sensível”, uma visada compreensiva sobre a experiência do outro, considerando, assim, o formismo simmeliano enquanto processo de engendramento do mundo urbano pelo vivi-

do, dinamizado pelo congraçamento ético-estético de viver os lugares de pertença, a partir das suas leituras que revelam expressões próprias de lidar com o tempo e de (re)configurar o espaço.

É preciso deixar claro que resenhar um livro é sempre uma tarefa instigante, posto que nos coloca a questão de apresentarmos uma obra ao leitor de forma a apontar suas virtudes ou dilemas, suas articulações complexas ou suas arestas desencontradas. A obra em questão apresenta-se como um instigante construto narrativo, cuja tessitura revela o desdobrar de uma reflexão teórica bem articulada e séria que co-relaciona autores e linhagens de pensamentos de maneira inovadora.

O resultado, portanto, surpreende pela originalidade do encadeamento dialógico e narrativo que emerge das reflexões presentes na obra, tanto no que se refere a uma “ecologia das idéias”, para citar Gregory Bateson, oriunda das interações entre os vários campos do saber que articulam, quanto à narrativa barroca e rebuscada que resulta dos meandros narrativos engendrados pelas autoras enquanto paisagem textual repleta de nichos, onde enxameiam idéias e imagens complexas em torsões sutis – cujas volutas e volteios revelam o “complicado” na “gênese da Civilização sob os Trópicos”.

Deixo claro que esta resenha segue uma perspectiva não-linear: não me ocupo de uma narrativa cuja métrica seja a dos capítulos sucessivos, pois ainda que o livro tenha um fio condutor, tomá-lo ao pé da letra seria quase uma afronta à lógica da turbulência e da instabilidade epistemológica que as autoras propõem no seu bem elaborado texto para pensarmos o Brasil e os brasileiros.

A leitura do livro exige uma perspectiva aberta e renovada acerca das ciências humanas, uma vez que solicita em sua leitura um olhar que tome a complexidade como paradigmática, aceitando a errância, o devaneio, a desordem criativa e a turbulência como formas de lidar com o labirinto das idéias e a força das imagens que suscitam no leitor o imaginário de uma “América Barroca” (Morse, 1988; Theodoro, 1992), o que atesta a filiação bachelardiana e durandiana das autoras, associada às reflexões acerca da “hermenêutica do si”, de Paul Ricoeur.

O Tempo e a Cidade é, dessa forma, obra singular no panorama da antropologia brasileira, mais ainda naquela que nos acostumamos a denominar de antropologia urbana, não só porque apresenta “dois temas fundamentais nas Humanidades: tempo e cidade”, como aponta Ruben Oliven, mas também devido ao fato de que analisa as formas de assimilação acomodadora do homem brasileiro ao seu meio, configurando expressões singulares que vinculam rela-

ções cosmológicas e socioambientais, dinamizadas pelas complexas formas culturais engendradas por ele para lidar com a espacialidade dos lugares (ou localidade dos espaços) de pertença, considerando as ondulações (rítmicas e efêmeras) e as fraturas (labirintos, fragmentos) do tempo.

O livro apresenta oito capítulos, onde a temática urbana é analisada pelo olhar atento das autoras para uma cidade dinâmica e polissêmica, ou seja, é para a instabilidade de seus processos transformativos revelados pela forma como as pessoas experienciam o tempo – a lógica tensional e contraditorial; a voragem do novo como forma de (re)situar ordens impostas e de restituir sentidos, mediante a presença da ruína –, associando esquecimento e lembrança, finitude e permanência, tradição e ressignificação, que “o mundo urbano contemporâneo” emerge enquanto um construto simbólico-afetivo, implicado no vivido das populações brasileiras, posto que sua matéria heteróclita reclama pulsões e ações que alteram o seu corpo. As grandes cidades brasileiras decorrem da dinâmica complexa do viver das suas populações que, mediante processos que envolvem assimilações e acomodações ao meio, evidenciam a polifonia e a heterogeneidade cultural que lhes são inerentes.

Da mesma forma com que analisam a cidade, as autoras refletem sobre o ato de etnografar na cidade, propondo reflexões acerca do “antropólogo na figura do narrador”, onde o problema da “tradução de significados culturais que encerra a produção de narrativas etnográficas” é visto como associado às questões relativas ao “desenchaixe espaço-tempo que transcorre do trabalho de campo à escrita etnográfica quando ela se dirige para os estudos de sociedades marcadas pela presença de uma tradição oral” (p. 36).

Ao refletirem sobre o trabalho do antropólogo, analisam as tensões entre a experiência de campo e a experiência de escrita, evocando a relevância do ato de lembrar, ou ainda, da experiência mnemônica, quando “o trabalho de campo, ao ser mediado por atos de escrita, revela o seu potencial de ‘lembrança voluntária’, por parte do antropólogo, de fatos e de situações vividas em campo”. As autoras reivindicam “ser o pensamento antropológico ontologicamente instável”, apontando “para o lento processo de construção de um pensamento conceitual por parte do antropólogo a partir de sua prática de campo” (p. 39).

Noutro momento, analisam a questão do si-mesmo, seguindo as indicações de Paul Ricoeur, quando refletem sobre “a ética de interação, de intervenção e de participação” como elementos presentes no método etnográfico que está pautado na “premissa da relativização”, onde, por certo, o ato interpretativo é fundamental. A partir daí, analisam o tema da alteridade e da “hermenêutica do si”,

enquanto dimensões inerentes à produção/construção do antropólogo, no sentido de que sua prática de campo implica a experiência de deslocamento/descentramento lançando-o a uma experiência singular marcada pela instabilidade.

O antropólogo, ao confrontar-se com a interioridade do tempo, vivencia a tensão colocada pela objetividade científica – a experiência de campo vivida como práxis, quando o método etnográfico propicia reflexões sobre o “estou aqui”, evidenciando que os pesquisados são da mesma escala que o pesquisador, como nos lembra DaMatta (1993) – e a subjetividade, experimentada através da “problemática do si”, na medida em que o pesquisador reflete sobre o encontro etnográfico, problematizado outrora nos dilemas da “mesmidade do caráter” do antropólogo em campo. Tais questões são recolocadas no ato de produção da etnografia enquanto texto – o “eu estive lá” –, quando a dialogicidade e a intersubjetividade vividas com o outro pelo antropólogo revelam a dimensão reflexiva do conhecimento antropológico ante a labuta de sua memória, dada no ato mesmo de traduzir/descrever/textualizar a experiência de campo e a fala do outro. Nesse sentido, o antropólogo depara-se com o “problema ético-moral da coerência interna de sua produção etnográfica, que nada mais é do que o esforço da ação reflexiva do seu sujeito cognoscente diante da descontinuidade de um tempo vivido rememorado e de seu compromisso com a ‘manutenção de si’” (p. 133).

Ao longo de todo o livro a questão da imagem é colocada como um tema relevante que percorre os interstícios narrativos, revelando-se pelos labirintos do texto com mais ou menos intensidade, mas impregnando-o com a sua força de evocação, sua simbólica ou convergência para revelar a inteligência humana dada no ato de rememorar e, portanto, de lidar com o tempo e suas interpretações. Além disso, a imagem emerge pelo seu caráter metodológico, no que tange à importância dada pelas autoras à antropologia visual e sonora para os antropólogos que pesquisam o mundo urbano contemporâneo. Ainda que as autoras sejam, sabidamente, autoridades na área, o que parece claro é que suas pesquisas se dão na área da antropologia urbana num profundo diálogo com as imagens suscitadas pelo viver a cidade – e a importância de um museu virtual como acervo de imagens que falam desse viver –, associadas às técnicas de captura desses momentos vividos pelas pessoas, que são passíveis de análise pela via de uma antropologia que, ao mergulhar em sua matriz, emerge com perspectivas renovadas ao negar a perspectiva da imagem enquanto a “louca da casa” e aquela dada pela antítese bergsoniana, entre vida e matéria, que tende a aprisionar a imagem e a empobrecer o fenômeno da memória.

As imagens estão livres e a memória segue seus ritmos instáveis, porque dos fragmentos do tempo, da junção complexa dessa pluralidade de formas de vivê-lo é que as imagens suscitadas restituem todos complexos e abertos ao novo – o ato de antropofagizar o velho, instituindo “desordens estéticas” onde a ruína surge como a “expressão bárbara” de viver a potência subterrânea, engendra e revitaliza a Civilização nos Trópicos.

Sendo assim, no primeiro capítulo, intitulado “A retórica de um mito: ‘Brasil, um país sem memória!’”, traz reflexões acerca dos dilemas presentes na idéia – e no conjunto de imagens a ela aderida – de que se trata de um “país sem memória”, daí o “atraso” e o “subdesenvolvimento” enquanto seus corolários.

Nesse sentido, a voragem do novo como “expressão bárbara”, revela-se na conformação de paisagens em constante mutação, dada a efemeridade das formas de viver o tempo e lidar com o espaço ante os devaneios do repouso e da vontade que, no caso brasileiro, exigem, com certa constância, ações transformadoras das paisagens. Portanto, interpretar “a poética da instabilidade no Brasil” é, necessariamente, lidar com a não-linearidade, as deformações e, por certo, o grotesco.

É por isso que a perspectiva lévi-straussiana em *Tristes Trópicos* é de espanto perante um país novo que, frente à dissolvência das formas revelada pela ruína, destrói qualquer anseio de monumentalidade e persistência no tempo. As paisagens de ruínas no *Mundus Novus* são vividas enquanto decorrência criativa de processos de mestiçagem aderidos às manifestações da tragicidade do vivido e à dinâmica do gigantismo das formas tropicais, onde a modernidade se esgota naquilo que jamais poderia vir a ser, pois “tudo parece construção, mas já é ruína” (Caetano Veloso).

O tempo, nesse caso, deve ser compreendido “como uma seqüência de rupturas e lacunas”, porque descontínuo, sendo vivido como “resistência à miniaturização”, onde a “alma bárbara” da sociedade brasileira, alimentando-se dos valores modernos, “constrói um comportamento estético singular em face das ondulações do tempo”.

Citando ainda as autoras:

O gesto do esquecimento (ruína), ou do desejo de transformação no “reformado” e revestido (domesticação da força efêmera do tempo e negação da morte), pode ser compreendido ou como trabalho de deslocar o explícito, ou como alegoria da caducidade, segundo Walter Benjamin (apud Taussig, 1993) em uma nova ordem

de significado, gerando um sentido outro para a instabilidade estética agora satisfatória e conciliadora com a obra do tempo descontínuo. Na lógica de uma memória moderna, pode-se encontrar aqui a tessitura da duração no cotidiano do lugar, implícita no ato do esquecimento (abandonar, destruir, restaurar). (p. 25).

Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert ofertam um rico conjunto de idéias aos leitores, instigando e inspirando pesquisadores com as suas reflexões. As autoras apontam caminhos promissores para a antropologia urbana brasileira, quando afirmam que as pesquisas etnográficas no meio urbano “traçam mapas afetivos do viver social e cultural no Brasil. Isso implica sugerir que, na vibração rítmica do Tempo, o lugar (*pays*) do grotesco é proeminentemente ato de transformação, assim como das ‘artes de fazer’, definiria Michel de Certeau (1994)”, pois “a Cidade no Brasil traduz-se numa espécie de santuário da desordem”, onde a sua “matéria supliciada” implicaria a emergência de “formas informes”, que exigem do antropólogo a importância de compreendê-la – a cidade – mediante o seu “ato sacrificial de destruição”. Tamanha complexidade emerge, a partir dos pontos de intersecção e contato entre a memória coletiva e a gênese da Civilização sob os Trópicos, para revelar a profundidade de suas imagens contraditórias.

Referências

DAMATTA, R. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

MORSE, R. M. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THEODORO, J. *América barroca: tema e variações*. São Paulo: Nova Fronteira, 1992.